



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

**Processo nº** SEPLAG-PRO-2022/04789 PGENet nº 2022.02.005253  
**Origem/Interessado** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG  
**Assunto** Ata de Registro de Preço - Contratação via Adesão Carona  
**Parecer nº** 2.084/SGAC/PGE/2022  
**Local e Data** Cuiabá/MT, terça-feira, 5 de julho de 2022.  
**Procurador (a)** Julyana Lannes de Andrade

**DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO VIA ADESÃO POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE (CARONA) A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE LICENÇA E SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO E TREINAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS VENCIDA. CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA VENCIDA. LEI 10.520/2002. LEI 8.666/1993. DECRETO ESTADUAL 840/2017. INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/CPPGE/2017. POSSIBILIDADE JURÍDICA. RECOMENDAÇÕES DE CONFORMIDADE.**

## 1. RELATÓRIO

Cuida-se de solicitação de análise acerca da possibilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, **órgão não participante ("carona")**, aderir à Ata de Registro de Preço nº 0096/2021 da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal/DF, advinda do Pregão Eletrônico nº 059/2021, visando à contratação da empresa **Inteligência de Negócios Sistemas e Informática LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.984.836/0001-54, para modernização e expansão da plataforma Business Intelligence - Qlik, incluindo o fornecimento de licença e serviços de implantação, suporte técnico,

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

1 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNES ANDRADE/01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546353



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**PGE - Procuradoria Geral do Estado**

atualização e treinamento, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

**O valor da contratação pretendida é de R\$ 452.015,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil e quinze reais).**

Constam dos autos, de relevante para a análise da presente demanda os seguintes documentos:

- Termo de Referência devidamente aprovado pela autoridade competente – fls. 02/39;
- Cópia da Ata de Registro de Preços n. 0096/2021 – fls.40/48;
- Cópia do Edital do Sistema de Registro de Preços n.059/2021 - fls.49/92;
- Publicação da Ata de Registro de Preços n. 0096/2021 Diário Oficial do Distrito Federal confirmando a sua vigência – fl.93;
- Estimativa de Preços para Comprovação de Vantajosidade – fl.94;
- Orçamentos - fls.95/129;
- Ofício nº01111/2022/CPPTI/SEPLAG – fls. 130/132;
- Ofício nº01110/2022/CPPTI/SEPLAG – fls.133/135;
- Informação nº01/2022-CPPTI/STIS/SAAS/SEPLAG – Errata ao Termo de Referência n. 011/2022 – fls. 136/137;
- Despacho n. 10009/2022/CPPTI/SEPLAG – fl. 138;
- Informação n. 00844/2022/CPPTI/SEPLAG – fl. 139;
- Aceite da Contratada à solicitação da Contratante para adesão à Ata de Registro de Preços n. 0096/2021 – fls. 143/144;

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

2 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE-0143004179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 346363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A

fls. 3



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**PGE - Procuradoria Geral do Estado**

- Despacho n. 10142/2022/GSAAS/SEPLAG – fl. 145;
- Despacho n. 125/2022/GAQ/CAC/SUADM/SAAS/SEPLAG -fl. 146;
- Despacho n. 10550/2022/GCONT/SEPLAG – fl.147;
- Orçamentos - fls.148/235;
- Planilha de Análise de Inexequibilidade e Sobrepreços – fls. 239/243;
- Mapa Comparativo de Preços n. 244;
- Justificativa de Preços n. 24/2022 / Análise Crítica do Mapa Comparativo de Preços – fls. 245/248;
- Encaminhamento dos autos para Emissão da Nota de Empenho – Despacho nº143/2022/GAQ/CAC/SUADM/SAAS/SEPLAG – fl.249;
- Despacho justificando o empenho proporcional ao exercício de 2022 – Despacho nº11357/2022/SFIN/SEPLAG – fl. 250;
- Nota de Empenho nº11601.0001.22.000254-7 – fls.251/252;
- Documentos Pessoais do representante da contratada – fl. 261;
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – fl. 262;
- 20 Alteração do Contrato Social - Inteligência de Negocios, Sistemas e Informações – fls. 263/271;
- Certidão de Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo – fl. 273;
- Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo – fl. 274;

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

3 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE 01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/ibir/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A

fls. 4



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**PGE - Procuradoria Geral do Estado**

- Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários de São Paulo – fl. 275;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa de União – fl. 276;
- Certidão Negativa de Falência e Concordata – fl. 277 – vencida;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF -fl.278- vencida;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – fl. 279;
- Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho nos moldes do disposto no art. 7, XXXIII, CF/88;
- Declaração de que não possui no quadro da empresa funcionário sócio, gerente, diretores que se enquadrem nas condições referidas nos arts. 1 e 2 da Resolução n.37/209 do Conselho Nacional do Ministério Público – fl. 286;
- Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo – fl. 287;
- Atestado de Capacidade Técnica – fls. 288/301;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários e não Tributários Estaduais Geridos pela Procuradoria Geral do Estado e pela Secretaria de Estado de Fazenda – fl. 302;
- Declaração de Empresas Inidôneas – Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso – fls.303/309;
- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – fls. 310/311;
- Certidão Negativas de Licitantes Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União – fl. 315/;

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

4 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNIES ANDRADE 01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

- Despacho n. 156/2022/GAQ/CAC/SUADM/SAAS/SEPLAG – Encaminhamento dos Autos para Elaboração da Minuta do Contrato – fl. 324
- Minuta do Contrato n. XX/2022/SEPLAG – fls. 325/337;
- Check-list – fls. 341/343;
- Despacho n. 157/2022/CAC/SUADM/SAAS/SEPLAG - Encaminhamento dos Autos para Elaboração de Parecer Jurídico– fl. 344;

Após, consta despacho de encaminhamento para esta Unidade Setorial da PGE para emissão de parecer à fl. 344.

É o relatório. Passo a opinar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### 2.1 DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria jurídica, tem-se que o parecer jurídico exarado pela Procuradoria-Geral do Estado veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

5 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

## 2.2 DA POSSIBILIDADE E DOS REQUISITOS PARA ADESÃO CARONA

A chamada “adesão carona” consiste na situação em que um órgão ou entidade pública, que não participou da licitação que deu ensejo à ata, pretende contratar com o licitante vencedor, por meio de adesão à ARP feita por outro órgão.

Sobre o tema, assim estabelece a doutrina de Marçal Justen Filho:

Em síntese, 'carona' consiste na contratação fundada num sistema de registro de preços em vigor, mas envolvendo uma entidade estatal dele não participante originalmente, com a peculiaridade de que os quantitativos contratados não serão computados para o exaurimento do limite máximo. De acordo com a prática, a única restrição admitida reside no limite de 100% do quantitativo máximo objeto do registro por entidade. (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2009)

No âmbito do Estado de Mato Grosso, o art. 52, § 1º, VII, do Decreto Estadual 840/2017, expressamente prevê a figura da adesão carona:

**Art. 52.** (...)

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

(...)

VII - Adesão Carona: a utilização da ata de registro de preços por órgão ou entidade não participante e sem a baixa do quantitativo registrado, até o limite definido neste decreto;

É justamente a situação do **órgão interessado** no presente caso, que, por essa razão, poderá se valer do instituto da adesão carona (art. 52, § 1º, VII, do Decreto Estadual 840/2017), que consiste na utilização da ata de registro de preços por órgão ou entidade não participante e sem a baixa do quantitativo registrado, até o limite definido no Decreto.

Com efeito, a utilização do Sistema de Registro de Preços importa

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

6 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site [http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/Conferencia/Documento.do\\_informe\\_o\\_processo\\_SEPLAG-PRO-2022/04789\\_SEPLAG-Secretaria\\_de\\_Estado\\_de\\_Planejamento\\_e\\_Gestao\\_e\\_codigo\\_546363](http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/Conferencia/Documento.do_informe_o_processo_SEPLAG-PRO-2022/04789_SEPLAG-Secretaria_de_Estado_de_Planejamento_e_Gestao_e_codigo_546363)



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE -  
06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

uma série de vantagens para a Administração Pública e a possibilidade da realização de “adesão carona” é uma forma de otimizar as contratações realizadas pelos entes públicos, estando regulamentada e delimitada, em âmbito estadual, pelo Decreto Estadual 840/2017.

### 2.3 DOS REQUISITOS DA ADESÃO CARONA

Para a devida e necessária formalização, a adesão a ata de registro de preços deverá atender aos requisitos do art. 75 do Decreto Estadual 840/2017 que, em apertada síntese, são os seguintes: justificada vantagem na adesão; autorização do órgão gerenciador; adesão durante a vigência da ata; declaração do fornecedor beneficiário aceitando o fornecimento decorrente de adesão.

Adentrando à análise específica do caso em questão, cumpre verificar os termos da Instrução Normativa 01/PPGE/2017, que estabelece lista de checagem mínima (*check-list*), prevista no parágrafo único, do artigo 7º, do Decreto Estadual 1.147/2017, para os procedimentos de aquisições nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Mato Grosso, a qual estabelece o *check-list* para adesões.

**O processo encontra-se devidamente autuado, registrado e numerado.**

**O órgão demandante acostou o termo de referência (fls. 02/39). Nada obstante, ainda que conste o objeto da contratação, não se justificou porque a SEPLAG tem necessidade de contratar o objeto em questão. Providencie-se, pois.**

**Também não consta do processo qualquer justificativa de como se calculou o quantitativo demandado, com base em relatórios e/ou outros dados objetivos que demonstrem a adequação da contratação à demanda do órgão.**

**Inclusive, verifica-se que a SEPLAG requereu o quantitativo de 3 para o item 4 da contratação, mas o Órgão Gerenciador só deferiu 1. É importante,**

2022.02.005253

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

7 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



SEPLAGCAP202222707A



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>





Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

**assim, que se avalie se a redução do quantitativo atenderá a necessidade da SEPLAG, para que não haja indevido fracionamento de contratação, buscando-se contratar o quantitativo excedente de outra forma.**

Aqui, faz-se interessante a recomendação do TCU para se elaborar um plano de trabalho que preceda os processos licitatórios, onde se possa demonstrar a aderência da aquisição com o planejamento estratégico da instituição o plano diretor do órgão. Isso possibilita a apresentação de justificativa detalhada da necessidade da contratação, contendo a relação entre a demanda prevista e a quantidade a ser licitada, bem como o demonstrativo de resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (TCU, Acórdão 265/2010 Plenário e Acórdão 1330/2008 Plenário).

**A autoridade competente autorizou a contratação (fl.39)**

**O presente processo foi instruído com cópia da ata de registro de preços e seus anexos (fls.40/48), constando, ainda, cópia da publicação da ARP no Diário Oficial, confirmando sua vigência (fl.93).**

Adverta-se, ainda, a teor do art. 65, § 4º do Decreto Estadual 840/2017, que **o contrato deve ser assinado dentro da validade da ata.** Tem-se, pelos autos, vigência até 23/07/2022.

**Também consta o edital do pregão (fls.49/92), do qual se infere a possibilidade de adesão carona, bem como a homologação do procedimento de licitação que originou o registro de preço à fl.323.**

Ressalte-se que as aquisições ou contratações adicionais, decorrentes das adesões carona, devem observar os limites estabelecidos na legislação que rege as contratações realizadas pelo órgão gerenciador, sendo que, no caso de serem reguladas pelo Decreto Estadual 840/2017, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

8 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE 01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A





Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ARP para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

E, ainda, o instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo das adesões caronas à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ARP para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Dessa forma, cada contrato tem o limite individual de 100% do quantitativo registrado na ata e a soma das aquisições efetivadas pelos licitantes que estão aderindo à ARP fica limitada ao montante de 5 (cinco) vezes o quantitativo da ata.

Este controle deve ser feito pelo órgão gerenciador ao avaliar a viabilidade do pedido de adesão, sendo que, no caso em análise, constou às **fls.140/142 a autorização do órgão gerenciador. Em que pese o órgão gerenciador tenha autorizado a Adesão, esta autorização já está vencida, devendo ser renovada, pois data de mais de 90 dias.**

Tem-se também que “caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes” (art. 75, § 2º, do Decreto Estadual 840/2017). **A aceitação da Empresa a ser contratada está acostada às fl.143/144.**

**Foi formalizado o interesse na adesão no sistema SIAG/SEPLAG (fl. 339).**

**Demais disso, deve ser solicitada autorização da SEPLAG, a teor do art. 75, § 1º, e art. 76, caput, ambos do Decreto Estadual 840/2017:**

**Art. 75.** Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços,

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

9 de 27



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNIES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



SEPLAGCAP202222707A



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**PGE - Procuradoria Geral do Estado**

durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública estadual ou municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão carona. (...)

**Art. 76.** Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual poderão contratar por adesão à Ata de Registro de Preços em vigor após a autorização prévia e expressa do gerenciador da ata, **inclusive quanto às contratações decorrentes do § 1º do art. 75.** (redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)

Parágrafo único. A contratação por Registro de Preços está adstrita às quantidades planejadas e encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes do Registro de Preços, ressalvada a possibilidade de adesão carona, na forma disciplinada neste decreto. (incluído pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)

**Quanto a isso, ressalte-se que a manifestação da SEPLAG deve ser prévia ao parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Estado, que deve ser o último ato do processo.**

Impende destacar, ainda, que o art. 85 do citado Decreto dispõe que os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual poderão utilizar **atas de registro de preços de outros poderes ou entes da federação, desde que autorizados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG (antiga Secretaria de Estado de Gestão – SEGES)**. No mesmo sentido, importante descrever também a redação do art. 84 do mesmo Decreto:

**Art. 84** Adesão Carona à Ata de Registro de Preços poderá ser realizada por órgãos e entidades não participantes da licitação, mediante prévia e expressa autorização do órgão gerenciador, que exigirá: (redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)

I - solicitação formal de utilização, com a **indicação dos produtos ou serviços e quantitativos demandados;**

2022.02.005253

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

10 de 27



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNIES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



SEPLAGCAP202222707A



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

II - comprovação da **concordância da empresa** registrada em fornecer os produtos ou prestar os serviços registrados, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações pactuadas com os órgãos e entidades participantes, independente da utilização ou não do quantitativo registrado. *(renumerado dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)*

§ 1º Caberá ao órgão ou entidade solicitante da Adesão Carona obter da empresa registrada o documento que comprove o exigido no inciso III do caput deste artigo, apresentando-o ao Órgão Gerenciador.

§ 2º O quantitativo decorrente das Adesões Carona **não poderá exceder**, na totalidade, **até ao quádruplo do quantitativo** de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, conforme a regra estipulada no instrumento convocatório da licitação.

§ 3º Após a **autorização do órgão gerenciador**, o **órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.

**Art. 85.** Os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual **poderão utilizar atas de Registro de Preços de outros poderes ou entes da federação**, desde que autorizados pela Secretaria de Estado de Gestão. *(redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)*

§ 1º O encaminhamento dos autos para autorização deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento da ata a ser aderida, cabendo à SEPLAG analisar e restitui-los em até 10 (dez) dias. *(incluído pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)*

§ 2º A autorização descrita no *caput* é documento essencial e prévio à emissão de parecer jurídico pela Procuradoria-Geral do Estado. *(incluído pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)*

Consoante se observa do § 1º do art. 85, o órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual tem o dever de encaminhar os autos para autorização da SEPLAG **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento da ata a ser aderida**. Além disso, nos termos do seu § 2º, a autorização da SEPLAG é **documento essencial e prévio ao**

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

11 de 27



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNIES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

**parecer jurídico** desta Procuradoria Geral do Estado.

**A autoridade competente autorizou a contratação (fl.39)**

**2.4 ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – EMPENHO**

A contratante deve atentar-se às exigências da legislação financeira e orçamentária, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar 101/2000, para os casos de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (arts. 15 e 16) ou de atos que criarem ou aumentem despesa obrigatória de caráter continuado (art. 17).

À primeira vista, parece não ser o caso, mas ainda assim é de se recomendar atestar nos autos se se trata ou não de tais casos, exigindo-se ou dispensando as providências.

Rafael Carvalho Rezende Oliveira também alerta para a necessidade de garantir a disponibilidade orçamentária quando da formalização da intenção de adquirir, e sempre antes da assinatura do contrato (ou emissão da ordem de fornecimento):

[...] entendemos que não há necessidade de reserva orçamentária para efetivação do SRP, pois tal exigência somente se justifica nas hipóteses em que a Administração seleciona a melhor proposta para celebração do respectivo contrato, garantindo a existência de recursos orçamentários para pagamento do contratado. Ocorre que, no SRP, a Administração tem por objetivo o registro das melhores propostas, não assumindo a obrigação de assinar o contrato. A disponibilidade orçamentária será necessária apenas no momento da assinatura do respectivo contrato [...]. (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Curso de Direito Administrativo*. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017)

Sobre o prévio empenho, algumas considerações também são necessárias. Veja-se o que dispõe o art. 2º, *caput*, e § 1º, e art. 3º, V e VI, todos do Decreto

2022.02.005253

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

12 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE -  
06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Estadual 840/2017 c/c art. 7º, § 2º, III, da Lei 8.666/1993:

**Art. 2º** Para início de qualquer procedimento, independentemente de valor e da origem, que vise a aquisição de bens, contratação de serviços e locações de bens móveis e imóveis, os órgãos e entidades da Administração Estadual deverão comprovar a existência de recursos orçamentários para o pagamento, preferencialmente através de Pedido de Empenho - PED.

§ 1º Se não for possível a emissão do Pedido de Empenho, somente poderão ser realizadas despesas que estiverem contempladas na Lei Orçamentária Anual - LOA, no Plano de Trabalho Anual - PTA, Convênios firmados ou na Programação Financeira Mensal - SEFAZ”.

**Art. 3º** Os procedimentos de aquisição de bens e de contratação de serviços e locação de bens móveis e imóveis, serão autuados, protocolados, numerados e devendo ser instruídos em sua fase interna pelo menos com os seguintes documentos:

(...)

V - indicação dos recursos orçamentários para fazer face a despesa;

**Art. 7º** As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

I - projeto básico;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

(...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

(...)

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma; (...)

Verifica-se, portanto, que, para qualquer contratação, independentemente do valor, deverá a Administração demonstrar e planejar a capacidade para efetuar o pagamento das despesas de custeio e contratos administrativos vigentes, em consonância com a Lei 8.666/1993 e com as demais regras orçamentárias que prescrevem a

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

13 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

impossibilidade de realização de qualquer despesa pública sem o prévio empenho ou de assunção de obrigações das quais decorrerão despesas públicas sem previsão orçamentária.

Foi solicitada a emissão da Nota de Empenho à fl. 249, no valor de R\$ 452.015,00 (Quatrocentos e Cinquenta e Dois Mil e Quinze Reais). Entretanto, verifica-se que foi empenhado o valor de R\$ 86.737,67 (Oitenta e Seis Mil e Setecentos e Trinta e Sete Reais e Sessenta e Sete Centavos), conforme a Nota de Empenho n. 11601.0001.22.000254-7 (fl.251) e o valor de R\$ 337.179,00 (Trezentos e Trinta e Sete Mil e Cento e Setenta e Nove Reais) na Nota de Empenho n. 11601.0001.22.000255-5 (fl.252), sob a justificativa de que, em respeito ao princípio da anualidade do orçamento, e liberação da Secretaria de Fazenda de saldo orçamentário para empenho, conforme art. 2º do Decreto nº 1.292 de 15/02/2022, será emitida a nota de empenho proporcional ao exercício de 2022, sendo o valor de R\$ 337.179,00 (trezentos e trinta e sete mil e cento e setenta e nove reais) como despesa de Grupo 4 e o valor de R\$ 86.737,67 (oitenta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos) como despesa de Grupo 3 (fl.250).

Desta forma, o saldo restante que se refere ao exercício de 2023, referente ao serviço de suporte técnico, upgrades e updates por 12 meses para o item 01, para unidade de licença adquirida – equivalente a R\$67.436,00 (Sessenta e Sete Mil e Quatrocentos e Trinta e Seis Reais) - item 07- será emitido o empenho após abertura do referido exercício.

Em que pese isso, como a previsão orçamentária não contempla o valor global do contrato **deve-se acostar aos autos os demais documentos indicados no § 1º do art. 2º do Decreto nº 840/17.**

Observe-se, no entanto, em virtude do pleito eleitoral que se avizinha, que é necessário que o administrador se certifique da existência de suficiente disponibilidade orçamentária para atender às despesas decorrentes da contratação. Preleciona o art. 42 da Lei

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

14 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNES ANDRADE 01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022207389 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A





Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

de Responsabilidade Fiscal:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. [\(Vide Lei Complementar nº 178, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Em caso de descumprimento, o titular do Poder ou órgão pode ser sancionado nas esferas cível, criminal e administrativa.

**2.5 DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Para ser considerada legítima a presente adesão, é preciso que seja demonstrada a vantajosidade na contratação, realizando-se pesquisa de preço a evidenciar que os valores registrados estão condizentes com aqueles praticados no mercado.

Assim orienta o Tribunal de Contas da União – TCU:

A mera comparação dos valores constantes em ata de registro de preços com os obtidos junto a empresas consultadas na fase interna de licitação não é suficiente para configurar a vantajosidade da adesão à ata, haja vista que os preços informados nas consultas, por vezes superestimados, não serão, em regra, os efetivamente contratados. Deve o órgão não participante (“carona”), com o intuito de aferir a adequação dos preços praticados na ata, se socorrer de outras fontes, a exemplo de licitações e contratos similares realizados no âmbito da Administração Pública. (Acórdão 420/2018 - TCU).

Neste ponto, importante destacar que o Tribunal de Contas da União (Acórdão 4.013/2008 Plenário, Acórdão 1.547/2007 Plenário) defendia a utilização da cotação junto ao mercado como forma preferencial de pesquisa destinada a definir o orçamento estimado.

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

15 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE -  
06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A





Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Em 2013, a orientação da Corte de Contas federal pareceu seguir outro rumo. No Acórdão 868/2013 – Plenário, o Min. Relator concluiu que “*para a estimativa do preço a ser contratado, é necessário consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado.*”

Ou seja, o *decisum* reconheceu, em certa medida, a insuficiência da pesquisa de preços realizada, unicamente, com base nos orçamentos fornecidos pela iniciativa privada. Desta forma, o relator aproveitou o ensejo para indicar alguns exemplos de fontes alternativas de pesquisa, assim consignando:

Esse conjunto de preços ao qual me referi como '**cesta de preços aceitáveis**' pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos – inclusive aqueles constantes no Comprasnet -, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle – a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública -, desde que, com relação a qualquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado. (Acórdão nº 868/2013 Plenário)

Seguindo o entendimento do TCU, a Resolução de Consulta 20/2016 também indica a insuficiência do estudo de vantajosidade baseado unicamente em orçamentos de possíveis fornecedores:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS.

1) A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, **não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores**, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: **preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de**

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

16 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

**fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas.**

2) Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.

Regulamento editado pelo Governador do Estado, e recentemente alterado pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019, indica como deve se dar a formação do preço de referência:

**Art. 7º O preço de referência** será providenciado pela unidade de aquisições do órgão ou entidade e deverá ser informado no sistema de aquisições governamentais disponibilizado e gerenciado pela Secretaria de Estado de Gestão, para consulta de outros órgãos e entidades no respectivo prazo de validade, de acordo com as regras estabelecidas nos parágrafos seguintes.

§ 1º O preço de referência terá validade de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua elaboração, e será o resultante de pesquisa de mercado compatível com o objeto licitado das seguintes fontes: *(redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)*

I - contratos de órgão/entidade em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; *(redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)*

II - preço público de contratos e/ou atas de registro de preços similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; *(redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)*

III - orçamentos de empresas que atuem no ramo do objeto licitado, formalmente solicitados e devidamente identificados, devendo-se aguardar prazo de resposta de 05 (cinco) dias úteis; *(redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)*

IV - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

17 de 27



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**PGE - Procuradoria Geral do Estado**

§ 2º As fontes indicadas nos incisos I a IV deverão necessariamente fazer parte da pesquisa de mercado, salvo nos casos em que não for possível e devidamente justificadas nos autos. (redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)

§ 3º Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços manifestamente inexequíveis ou os excessivamente elevados, nos seguintes termos: (redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)

I - será considerado inexequível o preço inferior a 70% (setenta por cento) da média dos demais preços, salvo justificativa específica do fornecedor; (redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)

II - será considerado excessivamente elevado o preço superior a 30% (trinta por cento) da média dos demais preços; (redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)

III - os preços inexequíveis ou excessivamente elevados não serão utilizados na elaboração do mapa de preços, evitando a distorção do preço médio a ser adotado pelo órgão licitante; (redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)

IV - as pesquisas de preços devem ser realizadas em procedimento que observe **ato de validação por agente público distinto**. (redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)

§ 3º-A A não consideração de **propostas inexequíveis ou excessivamente elevadas** deve ser declarada expressamente pela área técnica competente, sendo possível a ressalva de situações excepcionais devidamente justificadas de acordo com a natureza ou especificidade do bem ou serviço em cotação. (incluído pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)

§ 4º Para fins do inciso II, poderá ser considerado como preço de referência o indicado em tabela ou informativo oficial de preços de órgão ou entidade da administração pública. (redação dada pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)

§ 5º O agente público autor do mapa comparativo responsabiliza-se funcionalmente

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNIES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

18 de 27



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
 Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A





Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

pela informação produzida nesta etapa devendo atenção aos riscos de orçamentos incompatíveis aos padrões de mercado e que podem culminar com aquisições não vantajosas.

§ 6º Para a regularidade dos atos, ainda na fase interna do certame deverá ser realizada uma análise crítica do mapa comparativo, visando certificar que o objeto orçado possui a especificação compatível com o objeto a ser licitado, e que seu preço esteja condizente com o praticado no mercado. *(incluído pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)*

§ 7º A análise crítica descrita no parágrafo anterior deverá ser realizada por servidor ou setor diverso daquele que elaborou o mapa comparativo, a ser definido por cada órgão ou entidade, observada a respectiva estrutura organizacional, visando garantir a segregação de funções. *(incluído pelo Decreto Estadual 219, de 21 de agosto de 2019)*

A demonstração da vantajosidade, portanto, não pode levar em consideração apenas orçamentos privados, devendo constar na pesquisa de preços os valores praticados em outros contratos celebrados com a Administração Pública municipal, estadual ou federal.

Do mesmo modo, o mapa comparativo não pode ser ater apenas às pesquisas de valores praticados em contratos administrativos, de modo que a suficiente demonstração de vantajosidade impõe a conjugação da análise de preços públicos e privados, na esteira do entendimento do Tribunal de Contas da União.

A necessidade de demonstração da vantajosidade obrigatoriamente deve constar nos autos, pois é a única forma de se documentar que houve preocupação com a economicidade da contratação e a busca pela proposta mais vantajosa, princípio fundamental da licitação, previsto no art. 3º da Lei 8.666/1993.

Vale salientar que a pesquisa da vantajosidade deve levar em consideração o art. 7º, § 1º, do Decreto Estadual 840/2017, salvo nos casos em que não for possível e devidamente justificado nos autos, a teor do que dispõe o § 2º do dispositivo

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

19 de 27  
PGE  
PROCURADORIA  
GERAL DO ESTADO  
GOVERNO DO ESTADO DE  
MATO GROSSO

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNIES ANDRADE 01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 346363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

mencionado.

Destaca-se, ainda, que o mapa comparativo de preços deverá passar por **análise crítica**, visando certificar que o **objeto orçado possui a especificação compatível com o objeto a ser licitado, e que seu preço está condizente com o praticado no mercado (fls. 247/248)**.

Ademais, tal análise deverá ser realizada por **servidor ou setor diverso** daquele que confeccionou o mapa comparativo, em respeito ao princípio da segregação de funções, contemplado no § 3º, IV e § 7º do art. 7º, incluídos pelo Decreto Estadual 219/2019.

Observa-se que o setor competente realizou pesquisa e formalizou o mapa comparativo de preços (fls. 244), **podendo-se inferir deste a vantajosidade na contratação**, porém a pesquisa de preços realizada não contemplou todas as fontes indicadas no § 1º, do art. 7º, do Decreto Estadual 840/2017.

**Frisa-se, que as fontes de pesquisas indicadas no art. 07, incisos I a IV, e § 2º do Decreto Estadual 840/2017, deverão necessariamente fazer parte da pesquisa de mercado, salvo nos casos em que não for possível e devidamente justificada nos autos.**

Assim, verifica-se que foi juntada a justificativa de preços às fls.245/246, informando a impossibilidade da utilização de algumas fontes de pesquisas de preços, dentre elas: (I) contrato da SEPLAG em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; (II) Preço público de contratos e/ou atas de registro de preços similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; (IV) Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despreaiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

20 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 346363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Ressalte-se que não cabe ao parecerista – até por não lhe ser exigível tal conhecimento técnico – analisar a veracidade ou legitimidade dos argumentos expostos pela área técnica quanto à vantajosidade da contratação.

Não bastasse isso, “o agente público autor do mapa comparativo responsabiliza-se funcionalmente pela informação produzida nesta etapa devendo atenção aos riscos de orçamentos incompatíveis aos padrões de mercado e que podem culminar com aquisições não vantajosas.” (Decreto Estadual 840/2017, art. 7º, § 5º).

## 2.6 DO CONDES E DAS AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS OU INFORMAÇÃO

À luz do Decreto Estadual nº 1.047/2012, a celebração de termo aditivo aos contratos de prestação de serviços, **a depender do valor, pode demandar autorização prévia do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado – CONDES**, na forma do § 1º e § 2º do art. 1º, ou comunicação posterior, conforme § 2º-A.

Art. 1º A contratação e assunção de obrigações por órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual deverão ser previamente autorizadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado - CONDES, que poderá delegar atribuições a um dos seus membros.

§ 1º Inclui-se nessa obrigação:

- I - as licitações para obras, independente da sua modalidade;
- II - as licitações para fornecimento de bens e prestação de serviços, independente da sua modalidade;
- III - a contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- IV - as adesões a atas de registros de preços, inclusive na forma de carona;
- V - (revogado) (Revogado pelo Dec. 1.148/12)
- VI - o reconhecimento de despesas de exercícios anteriores;
- VII - as contratações temporárias;
- VIII - as terceirizações de mão de obra;
- IX - os órgãos e entidades de que tratam os Decretos nº 2.595, de 02 de junho de 2010, nº 151, de 21 de fevereiro de 2011, nº 618, de 16 de agosto de 2011, nº 676, de 13 de setembro de 2011 e nº 836, de 21 de novembro de 2011; (Nova redação dada pelo Dec. 1.206/17)

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

21 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 346363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**PGE - Procuradoria Geral do Estado**

X- qualquer outro ato que ensejar a realização de despesa, ressalvadas transferências obrigatórias realizadas sob modalidade automática par atender políticas sociais de atenção especial (Nova redação dada pelo Dec. 1.038/2021)

XI- a celebração de todo e qualquer termo aditivo aos contratos de prestação de serviços e fornecimento de bens vigentes, independentemente do exercício em que foram celebrados. (Acrescentado pelo Dec.1.511/12)

XII - a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de pessoal; **(Acrescentado pelo Dec 1.277/2022)**

XIII - as despesas decorrentes da realização de concurso público e das respectivas nomeações. **(Acrescentado pelo Dec 1.277/2022)**

§ 2º Exclui-se dessa obrigação as progressões e promoções de servidores, pagamento de diárias, adiantamentos, tarifas relativas aos serviços de telefonia, fornecimento de água, energia elétrica, as obrigações tributárias e contributivas, serviços da dívida e encargos sociais, repasses de transferências obrigatórias de atendimento às políticas sociais de atenção especial. **(Nova redação dada pelo Dec 1.277/2022).**

§ 2º-A O CONDES estabelecerá por meio de resolução os critérios e os valores mínimos das contratações e assunção de obrigações das situações que deverão ser submetidos para deliberação do Conselho. **(Nova redação dada pelo Dec 1.277/2022).**

Por sua vez, a Resolução nº 01/2022 estabelece em seu art. 2º os casos em que está dispensada a autorização prévia do CONDES:

Art. 2º Excluem-se da obrigação de autorização pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado - CONDES:

I - **as contratações e assunções de obrigações cujo valor anual seja inferior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para obras e serviços de engenharia, independente da sua modalidade; ou inferior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) nas demais situações constantes no § 1º do art. 1º do Decreto Estadual nº 1.047, de 28 de março de 2012;**

II - os termos aditivos para prorrogação da vigência contratual;

III - os termos aditivos de acréscimo contratual;

IV - os termos aditivos ou apostilamentos referentes a reajuste pelo INCC, nos casos

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

22 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



SEPLAGCAP202222707A



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>





Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

de obra e serviços de engenharia, ou pelo IPCA, nos demais casos;

V - os apostilamentos de repactuação;

VI - as contratações por participantes de atas de registro de preços no limite dos quantitativos já autorizados pelo Conselho;

Deste modo, por constituir **contratação com valor anual igual ou superior a R\$400.000,00, o ato exige autorização prévia do CONDES** (Decreto Estadual 840/2017, art. 3º, VI, Decreto Estadual 1.047/2012, art. 1º, e Decreto Estadual 08/2019, art. 7º), diante do exposto **recomendamos o encaminhamento dos autos ao CONDES para análise e deliberação.**

## 2.7 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA DA EMPRESA

Quanto às condições de capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira da empresa contratada, requisitos necessários para a continuidade contratual, verifico que constam nos autos:

- Cópia da Cédula de Identidade – fls. (260/261);
- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) – (fl. 262);
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – (fl. 276);
- Certidão de Ações Cíveis de Falência e Concordata do 1º Grau de Jurisdição (fl. 277) - **vencida**;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – (fl. 278) – **vencida**;

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

23 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE 01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, válida até 09/11/2022 - (fl. 279);
- Declarações exigidas pelo art. 32, § 2º, no que tange aos incisos I e II do Decreto Estadual nº 840/17, (fls.285/286);
- Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo (fl. 287);
- Atestado de Capacidade Técnica (fl. 288/301);
- Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários e não Tributários Junto à SEFAZ e à PGE do Estado de Mato Grosso, válida até 06/08/2022 (fl. 302);
- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no Tribunal de Contas da União (fls. 310/311);
- Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos - TCU - (fl. 315);
- Certidão de Cadastro de Empresas Inidôneas - TCE/MT (fls. 316/319);

Ressalte-se, todavia, que é responsabilidade da área técnica analisar o teor dos documentos de habilitação, sua veracidade e adequação aos termos do edital, devendo atestar que o contratado preenche todos os requisitos de habilitação trazidos pelo instrumento convocatório.

**Assim, vale destacar que constam certidões com validade expirada sendo: certidão de falência e concordata, válida até o dia 28/05/2022 (fl.277) e o certificado de regularidade do FGTS - CRF, válida até 19/06/2022 (fl.278).**

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

24 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNES ANDRADE 01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 346363



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Dessa forma, é necessário a apresentação de todas certidões atualizadas ao tempo da formalização do aditivo, como também, recomenda-se que, na data da assinatura do contrato, sejam conferidas as validades de todas as certidões, pois há possibilidade de vencerem ao longo deste procedimento.

### 2.8 DA ANÁLISE DA MINUTA CONTRATUAL

No que tange à minuta do contrato, por se tratar de adesão carona à ata de registro de preço, em que o prestador de serviço se obrigou a cumprir o contrato, conforme as disposições previstas no instrumento convocatório, este ente deve se limitar a seguir exatamente os termos da minuta que integra o edital, e que já foi analisada pela assessoria jurídica do órgão gerenciador. Trilha este caminho a doutrina mais abalizada. Por todos, confira-se o que dispõe a doutrina de Ronny Charles Lopes de Torres:

Essa compreensão é compartilhada pela melhor doutrina. Nesse sentido, Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti defendem que **“a adesão à Ata de Registro de Preços exige identidade do objeto, ou seja, o bem ou serviço registrado deve ser exatamente aquele de que necessita o órgão ou entidade carona”**. Nessa feita, de acordo com os autores, valer-se da Ata para contratar bem ou serviço distinto do registrado constitui burla à regra geral da licitação.

A adesão impõe a submissão às mesmas condições contratuais da licitação original. Caso tais condições não atendam à pretensão contratual do órgão “carona”, não deve ele aderir à ata. Isso porque a adesão não dispensa planejamento prévio, para identificar eficientemente a pretensão contratual, para que possa ser demonstrada a compatibilidade da necessidade administrativa com o bem ou serviço identificado na ata de registro de preços.

Reiteramos que o TCU tem firmado o correto raciocínio de que a adesão à ata e registro de preços exige compatibilidade das regras e condições estabelecidas no certame que originou a ata de registro de preços com as necessidades e condições determinadas na etapa de planejamento da contratação.” (Leis de licitações públicas comentadas. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 225) (grifamos)

Desta forma, apenas se admitem pequenas adequações para adaptar o

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

25 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNIES ANDRADE-01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546363



SEPLAGCAP202222707A



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

contrato à realidade deste Ente. No caso em específico, verifica-se que foi elaborada de acordo com as normas de regência no âmbito federal e estadual, reunindo as condições de legalidade pertinentes ao instrumento da espécie.

### 3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opino pela possibilidade** da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, **órgão não participante ("carona")**, contratar a empresa **Inteligência de Negócios, Sistemas e Informática Ltda (CNPJ nº 06.984.836/0001-54)**, para modernização e expansão da plataforma Business Intelligence – Qlik, incluindo o fornecimento de licenças e serviços de implantação, suporte técnico, atualização e treinamento, por meio de adesão (CARONA) à Ata de Registro de Preços nº 0096/2021 da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal/DF, consoante especifica o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2021 - COLIC/SCG/SPLAN/SEEC-DF, desde que o processo seja instruído com:

- A) Justificativa adequada da necessidade da contratação e do quantitativo;
- B) Documentos de habilitação ausentes e documentos vencidos, atualizados;
- C) Autorização prévia do CONDES;
- D) Renove-se a autorização do órgão gerenciador;
- E) Apresente-se autorização do setor responsável da SEPLAG para adesão à ARP de outro ente federativo;
- F) Documentos indicados no § 1º do art. 2º do Decreto 840/17 e observância do art. 42 da LRF;

Por oportuno, ressalto que, caso a área técnica competente discorde

2022.02.005253

Av. República do Libano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

26 de 27



Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULIANA LANNES ANDRADE 01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 546353



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

das orientações ou posicionamentos tomados neste pronunciamento, ou considerar cumpridas as recomendações, deverá juntar as justificativas necessárias, sem necessidade de retorno para nova análise (desde que não alterada a substância dos atos analisados), sendo este o entendimento do Tribunal de Contas da União.

É o parecer. À consideração superior.

*(assinado digitalmente)*

**Julyana Lannes de Andrade**

Procuradora do Estado

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por JULYANA LANNES ANDRADE 01430044179. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 346353

2022.02.005253

Av. República do Líbano, 2258 - Despraiado, Cuiabá - MT,  
78048-196

27 de 27



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



Governo do Estado de Mato Grosso  
PGE - Procuradoria Geral do Estado

**Missão:**  
"Exercer com exclusividade e excelência a Advocacia Pública do Estado de Mato Grosso, mediante a representação judicial e a consultoria jurídica dos seus órgãos e entidades, visando a garantia do interesse público e dos princípios constitucionais".

<b>Processo n.</b>	<b>SEPLAG-PRO-2022/04789 - PGE.Net 2022.02.005253</b>
<b>Interessado(a)</b>	SEPLAG - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
<b>Assunto:</b>	Contratos Administrativos - Adesão a Ata de Registro de Preço

#### DESPACHO:

1. Após detida análise dos Autos, **HOMOLOGA-SE** o Parecer 2084/SGAC/PGE/2022 da lavra do Procurador (a) do Estado Dr. (a) Julyana Lannes Andrade, por seus próprios fundamentos jurídicos.
2. Encaminhem-se os autos à origem.

Cuiabá, 05 de julho de 2022.

**WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS**  
Subprocurador-Geral de Aquisições e Contratos

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS:27672165810. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/libri/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 346869

2022.02.005253

Av. República do Líbano, 2258, Jardim Monte Líbano - CEP 78048196, Cuiabá-MT - Fone: (065) 3613-5900  
CNPJ: 03.507.415/0003-06

Página 1 de 1



Autenticado com senha por BRUNO LEANDRO CARDOSO DE SOUZA - Estagiário(a) / UNIPGE - 06/07/2022 às 12:13:13.  
Documento Nº: 2970077-1672 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2970077-1672>



SEPLAGCAP202222707A



**Missão:**  
“Exercer com exclusividade e excelência a Advocacia Pública do Estado de Mato Grosso, mediante a representação judicial e a consultoria jurídica dos seus órgãos e entidades, visando a garantia do interesse público e dos princípios constitucionais”.

## DESPACHO

Restitui-se os autos do processo 2022.02.005253 com a análise jurídica do(a) Procurador(a) Julyana Lannes Andrade devidamente homologada pelo Subprocurador-Geral de Aquisições e Contratos Waldemar Pinheiro dos Santos para conhecimento e providências de praxe.

Cuiabá, 06 de julho de 2022.

**Lívia Lorena Mendes de Oliveira**  
Chefe de Gabinete  
Subprocuradoria-Geral de Aquisições e Contratos

Este documento é cópia fiel do original, assinado digitalmente por LIVIA LORENA MENDES DE OLIVEIRA:73404950100. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo SEPLAG-PRO-2022/04789 - SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e o código 34932E

